

BRASILIANAS

POR
WILLIAM FRANÇA

Internet



Reprodução do alerta do ataque hacker ao Metrô-DF

Ataque hacker derruba site do Metrô, que não comunica fato

No dia 22 de janeiro, há 19 dias, o site oficial do Metrô-DF foi alvo de um ataque hacker sofisticado e que permanece sem divulgação oficial pela companhia, até o momento. Usuários que tentaram acessar a página foram redirecionados para uma falsa tela de segurança, simulando serviços da Cloudflare, onde eram induzidos a clicar em um botão de “copy” que gerava códigos maliciosos.

A técnica utilizada, conhecida como clickfix, é capaz de capturar sessões ativas do computador e acessar dados pessoais dos usuários. O ataque foi configurado para aparecer apenas em navegadores de desktop (computadores de mesa), o que dificultou sua identificação inicial.

Apesar da gravidade, o Metrô-DF não comunicou publicamente o ocorrido. Decidiu “apenas” tirar o site do ar e preparar uma nova versão, mais simples, sem acesso a conteúdos. Quem busca informações, encontra somente uma página estática, ilustrativa, com os principais serviços públicos, como horários de funcionamento e rotas.

E apenas ontem, ao ser questionada por “Brasilianas”, foi que a Assessoria de Imprensa limitou-se a informar que o site estava sendo restabelecido gradualmente, com apoio da equipe de tecnologia, e que a versão atual é simplificada até que a página completa volte ao ar.

Divulgação/MPDFT



Reunião foi com o procurador dos direitos do cidadão

MPDFT cobra melhorias no Metrô-DF

O futuro do transporte metroviário no DF foi tema de reunião realizada na última sexta-feira (6) entre a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) e o Metrô-DF. O encontro discutiu manutenção, modernização e expansão do sistema, além de medidas de segurança para os usuários.

A administração do Metrô apresentou diagnóstico da frota, destacando que parte dos trens em operação pertence à série 1000, com tecnologia de sinalização e controle de mais de quatro décadas. A idade dos equipamentos resulta em falhas frequentes e dificuldade de reposição de peças. Como solução, a companhia planeja substituir o atual sistema de “bloco fixo” pela tecnologia de “bloco móvel”, que utiliza comunicação por antenas e permite reduzir o intervalo entre os trens, aumentando a capacidade de transporte.

A segurança dos passageiros foi outro ponto abordado. A empresa apresentou projeto para substituição das câmeras de vigilância por modelos com reconhecimento facial.

Lei determina alerta sobre o ataque

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece que empresas e órgãos públicos devem comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos cidadãos sempre que houver incidente de segurança capaz de gerar risco ou dano relevante.

Isso inclui ataques que possam expor informações pessoais ou comprometer sessões de usuários, como ocorreu no caso do Metrô-DF.

A ausência de comunicação oficial, portanto, não é apenas uma falha de transparência: pode configurar descumprimento legal.

Decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça reforçam que organizações respondem objetivamente por vazamentos de dados, mesmo quando provocados por hackers.

O silêncio institucional diante de um ataque que envolveu técnica sofisticada de captura de sessões, como o clickfix, agrava a insegurança dos usuários e levanta questionamentos sobre a responsabilidade da companhia.

A invasão ao site do Metrô-DF expõe essa vulnerabilidade.

VLT no Recanto e no Sol Nascente

O Metrô pretende instalar sensores de fibra óptica ao longo do cercamento das linhas, capazes de detectar invasões em tempo real.

Entre as novidades, está previsto para abril o lançamento do edital de compra de 15 novos trens.

Também avança a expansão dos ramais de Samambaia e Ceilândia, além dos estudos de viabilidade e anteprojeto para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Sol Nascente e no Recanto das Emas.

Para sustentar esse crescimento, o Metrô informou que tem modernizado as subestações de energia, garantindo estabilidade elétrica.

As questões orçamentárias, contudo, permanecem como desafio. O Metrô defende sua inclusão no anexo de prioridades da Lei Orçamentária, a fim de evitar contingenciamentos e assegurar recursos para manutenções corretivas e preventivas.

“O MP continuará acompanhando o progresso dessas iniciativas”, afirmou o procurador distrital dos direitos do cidadão, Eduardo Sabo.



Fiscalização começou antes das festividades e segue até dia 17

Vigilância fiscaliza blocos de carnaval em Brasília

Ação busca coibir a venda de produtos irregulares

Por Isabel Dourado

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), por meio da Vigilância Sanitária, irá fiscalizar mais de 170 eventos de carnaval e pré-carnaval que ocorrerão no Distrito Federal até terça-feira que vem (17).

A fiscalização tem o propósito de prevenir riscos à saúde pública e garantir a segurança alimentar de foliões e trabalhadores.

No total, seis equipes de auditores de atividades urbanas irão verificar a venda de bebidas, como vodka e gin, alimentos e lanches (salgados, sanduíches, comidas de boteco).

Os agentes da vigilância também devem vistoriar as estruturas dos postos médicos e das ambulâncias, considerando as rotas de fuga para os serviços de urgência e emergência, e a disponibilidade de banheiros químicos, de acordo com a quantidade de foliões.

O trabalho de fiscalização voltado ao carnaval começou antes das festividades, com o licenciamento dos blocos que irão desfilar nos dias de carnaval.

No âmbito das ações voltadas à promoção da saúde, a Diretoria de Vigilância Sanitária (Divisa) já está coletando e analisando amostras de bebidas e alimentos em estabelecimentos locais.

A ação faz parte do monitoramento contínuo da diretoria junto ao Laboratório Central de Saúde Pública.

Bebidas alcoólicas

As estratégias de vigilância buscam, principalmente, coibir a venda de produtos irregulares como cigarros eletrônicos e bebidas alcoólicas falsificadas, adulteradas e sem procedência. A vigilância reitera que produtos sem origem legal comprovada serão apreendidos.

O órgão alerta os comerciantes para não comercializarem alimentos com procedência inadequada, por exemplo, carnes sem comprovação de origem (SIF), bebidas sem lacre e rótulo adequado, alimentos sem conservação adequada em termos de temperatura e condições gerais de armazenamento. Além disso, a Vigilância reforça que é necessário estar atento para os prazos de validade dos alimentos e bebidas.

A Vigilância Sanitária orienta que os alimentos devem ser armazenados em recipientes tampados, para que estejam protegidos de poeira, sujidades, longe de produtos de limpeza e produtos químicos. Já os ingredientes e alimentos frios prontos para o consumo devem ser mantidos sob refrigeração, que pode ser caixas térmicas do tipo isopor – desde que estejam em boas condições de higiene e conservação.

Além disso, os isopores e recipientes com alimentos não podem ser armazenados diretamente no piso, devendo estar apoiados em tablados, paletes ou caixas plásticas.